ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE COLÔNIA DO GURGUÉIA
Av. Raimundo da Rocha Soares, 2070, Centro
CNPJ nº 00.528.681/0001-65
E-mail: colonia.legis@gmail.com

CONTRATO Nº 22/2024

Termo de Contrato que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE COLÔNIA DO GURGUÉIA - PI e a empresa, ANTARES COMÉRCIO ATACADISTA LTDA, conforme as disposições seguintes:

Aos 25 dias do mês de abril do ano de 2024, nesta cidade de Colônia do Gurguéia - PI , Estado do Piauí, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE COLÔNIA DO GURGUÉIA - PI**, doravante chamada de **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob nº 00.528.681/0001-65, estabelecida na Av. Raimundo da Rocha Soares, 2070 - Centro, Colonia do Gurgueia - PI, cep 64.885-000, neste ato representada pela Presidente da Câmara Municipal de Colônia do Gurguéia - PI, e, de outro lado, a empresa, **ANTARES COMÉRCIO ATACADISTA LTDA**, sediada Av.Industrial Gil Martins, 595 - Galpão 02 - São Pedro, Teresina - PI, 64015-305, CNPJ Nº 28.766.496/0001-28, neste ato representado por seu representante legal, Domingos Gomes de Sousa Junior, inscrito no CPF sob o nº 995.623.753-15, portador da carteira de identidade RG nº 2277186/SSP-PI doravante chamada de **CONTRATADA**; tendo em vista a homologação, pela **CONTRATANTE**, da Dispensa de Licitação Nº 15/2024, conforme Processo Administrativo nº 22/2024, e o que mais consta do citado Processo Administrativo que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição e em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021, suas alterações subsequentes e legislação correlata, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto deste Contrato refere-se à contratação, por Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 75, inciso II, da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, contratação de empresa para prestação de serviço visando a aquisição de móveis a serem pagos sob demanda fornecida conforme necessidade da Câmara Municipal de Colônia do Gurguéia.

DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315 Assinado de forma digital por DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315 Dados: 2024.07.10 12:33:43 -03'00'

VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553 Assinado de forma digital por VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553 Dados: 2024.07.10 12:59:06 -03'00'

DO PREÇO:

CLÁUSULA SEGUNDA: Pela prestação dos serviços do objeto será pago o valor de R$ 58.543,00 (cinquenta e oito mil quinhentos e quarenta e três reais), devendo ser pago sob demanda à medida que os móveis forem sendo adquiridos, podendo ser ajustáveis dependendo das oscilações do preço do mercado nacional desde que haja conveniência administrativa e de acordo com os termos do art. 124 da Lei 14.133/2021.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

CLÁUSULA TERCEIRA: O pagamento será realizado na Secretaria Municipal de Finanças da Câmara Municipal de Colônia do Gurguéia - PI -PI, até 30 dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5° (quinto) dia do mês subseqüente aos do fornecimento dos serviços do objeto, acompanhado da nota fiscal/fatura devidamente atestada, emitida juntamente com recibo em 04 (quatro) vias de igual valor, cópia do contrato e/ou nota de empenho, cópia das certidões de regularidade junto ao INSS e FGTS, certidão conjunta de débitos fiscais junto á união, certidão negativa de débitos junto à SEFAZ, certidão negativa de débitos junto à Câmara Municipal de Colônia do Gurguéia - PI, Ordem de Serviço do objeto, firmado pela autoridade competente, e em conformidade com o disposto no art. 141, da Lei 14.133/2021;

CLÁUSULA QUARTA: A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os serviços do objeto fornecidos ao que se referir;

CLÁUSULA QUINTA: As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;

CLÁUSULA SEXTA: Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega dos serviços;

CLÁUSULA SÉTIMA: O pagamento somente será realizado após a verificação da

DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315 Assinado de forma digital por DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315 Dados: 2024.07.10 12:34:03 -03'00'

VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553 Assinado de forma digital por VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553 Dados: 2024.07.10 12:59:28 -03'00'

situação da mesma, relativa às condições de habilitação exigidas na legislação, através de documentação anexada à fatura relativa ao §4º do artigo 89, Lei n° 14.133/2021, e em caso de pendência o pagamento será suspenso.

DO PRAZO DE VALIDADE

CLÁUSULA OITAVA: O Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2024, podendo o mesmo ser prorrogado por uma ou mais vezes, mediante fundada justificativa, desde que haja conveniência administrativa.

CLÁUSULA NONA: Compete à CONTRATADA:

a) Executar o contrato em estrita consonância com os seus dispositivos, com o Instrumento Convocatório e com a sua proposta;
b) prestar de imediato os serviços no local e horários determinados no TR, de acordo com a conveniência da Câmara Municipal de Colônia do Gurguéia - PI;
c) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
d) assumir, por sua conta exclusiva todos os encargos resultantes da execução do contrato, inclusive impostos, taxas, EPI, emolumentos e suas majorações incidentes ou que vierem a incidir sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários do seu pessoal;
e) utilizar na execução do presente contrato somente pessoal em situação trabalhista e securitária regulares;
f) manter durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) fornecer ao CONTRATANTE todas as informações solicitadas acerca do objeto deste contrato;

DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA DÉCIMA: A execução do objeto do contrato será fiscalizada por servidor da CONTRATANTE e por sua Gerência competente, à qual competirá dirimir as

DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315 Assinado de forma digital por DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315 Dados: 2024.07.10 12:34:27 -03'00'
VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553 Assinado de forma digital por VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553 Dados: 2024.07.10 12:59:51 -03'00'

dúvidas que surgirem no curso do contrato e de tudo dará ciência à Administração, conforme artigo 117 da Lei n.º 14.133/2021, devendo a CONTRATADA fornecer relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, no prazo que para tanto lhe for assinado. No final da prestação dos serviços e após vistoria pelo setor competente, será emitido recibo dos serviços efetivamente prestados.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Orçamento Municipal para o Exercício 2024.

UNID. ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE
010100	0103100012001	500

DA MULTA E DEMAIS SANÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: No caso de inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá garantida a defesa prévia, rescindir o contrato e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art.

DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315 Assinado de forma digital por DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315 Dados: 2024.07.10 12:34:46 -03'00'

VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553 Assinado de forma digital por VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553 Dados: 2024.07.10 13:00:04 -03'00'

155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será

DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315 Assinado de forma digital por DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315 Dados: 2024.07.10 12:35:00 -03'00'

VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553 Assinado de forma digital por VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553 Dados: 2024.07.10 13:00:19 -03'00'

cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

DA RESCISÃO CONTRATUAL E DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme o disposto nos artigos 104, 115, da Lei 14.133/2021, cujo direito da CONTRATANTE a CONTRATADA declara reconhecer, conforme dispõe o artigo 89 em diante desta mesma Lei.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica conferido à CONTRATANTE, com relação ao presente contrato todas as prerrogativas previstas nos incisos I, II, III, IV e V, do artigo 104, da Lei 14.133/2021, o que, também a CONTRATADA declara reconhecer.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento ou desta dispensa de Licitação serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações subsequentes e legislação correlata, demais regulamentos complementando suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

DOS ANEXOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica fazendo parte integrante deste contrato, naquilo em que não lhe contrariar expressamente, o Processo Administrativo n°22/2024 – Dispensa de Licitação nº 15/2024, devidamente autorizado, aprovado e publicado pelo Presidente da Câmara Municipal, em especial, a proposta de preço da CONTRATADA, ao qual está plenamente vinculado.

DO FORO

DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315
Assinado de forma digital por DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315
Dados: 2024.07.10 12:35:17 -03'00'

VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553
Assinado de forma digital por VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553
Dados: 2024.07.10 13:00:36 -03'00'

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fica eleito o Foro da Comarca de Colônia do Gurguéia - PI com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões resultantes deste contrato.

As partes declaram estar de pleno acordo com as condições deste contrato, firmando-o em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que estes assinam.

Colônia do Gurguéia - PI, 10 de julho de 2024.

VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553

Assinado de forma digital por VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO:57149097553
Dados: 2024.07.10 13:00:50 -03'00'

VALDENIA MARIA DE ALMEIDA MIRANDA CONSTANCIO
Presidente da Câmara Municipal de Colônia do Gurguéia-PI
CONTRATANTE

DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315

Assinado de forma digital por DOMINGOS GOMES DE SOUSA JUNIOR:99562375315
Dados: 2024.07.10 12:35:38 -03'00'

Domingos Gomes de Sousa Junior
ANTARES COMÉRCIO ATACADISTA LTDA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____

CPF:

2_____

CPF:

OBS: Nos casos em que as partes assinam eletronicamente, é dispensável a assinatura de testemunhas, conforme §4º da Lei Federal 13.105/2015.